

A Política de Educação Profissional e Tecnológica no Governo Bolsonaro (2019-2022)

The Professional and Technological Education Policy in the Bolsonaro Government (2019-2022)

Recebido: 09/11/2022 | **Revisado:** 05/02/2023 | **Aceito:** 06/02/2023 | **Publicado:** 16/11/2023

Maria Raquel Caetano

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense- Campus Sapucaia do Sul

E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com

Como citar: CAETANO, M. R.; A Política de Educação Profissional e Tecnológica no Governo Bolsonaro (2019-2022). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 1-22, e14424, Nov. 2023.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo tem como objetivo descrever e compreender como a política educacional do governo Bolsonaro para a educação profissional decorre para colocar em ação a Reforma do Ensino Médio nos Institutos Federais. O texto busca situar as políticas direcionadas à educação profissional no governo Bolsonaro por meio da descrição da proposição de ações, de programas e de estratégias, assim como das possíveis repercussões para o Ensino Médio Integrado. Nos procedimentos metodológicos, utilizamos a análise bibliográfica e documental para procurar compreender, nas fontes pesquisadas, a materialização da política educacional. Nas considerações, aborda-se que a iniciativa busca atender às demandas da nova ordem de acumulação capitalista, visto que os programas e ações são focados no mercado e não na formação do sujeito integral.

Palavras-chave: Política educacional; Educação Profissional e Tecnológica; Reforma do Ensino Médio; Governo Bolsonaro.

Abstract

The article aims to describe and understand how the educational policy of the Bolsonaro government for professional education takes place to put into action the Reform of Secondary Education in Federal Institutes. The text seeks to situate the policies aimed at professional education in the Bolsonaro government by describing the proposition of actions, programs and strategies, as well as the possible repercussions for Integrated Secondary Education. In the methodological procedures, we used bibliographical and documental analysis to try to understand, in the researched sources, the materialization of the educational policy. In the considerations, it is approached that the initiative seeks to meet the demands of the new order of capitalist accumulation, since the programs and actions are focused on the market and not on the formation of the integral subject.

Keywords: Educational Politics; Professional and Technological Education; High School Reform; Bolsonaro Government.

1 INTRODUÇÃO

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo (DOURADO, 2007), mesmo que, em poucos intervalos democráticos, tenhamos vivenciado alguns avanços. Especialmente na educação profissional e tecnológica, ficou claro, ao longo da história, a dualidade estrutural da educação, que “[...] expressou-se por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses” (KUENZER, 2007, p. 1155-1156). Marcada por uma perspectiva reducionista de ensino, a educação profissional e tecnológica reservou, aos estudantes da classe trabalhadora, o desenvolvimento de habilidades cognitivas instrumentais, caracterizando uma formação que atende aos interesses da burguesia e alinhando o papel da educação aos preceitos da reprodução incontrolável do capital. Os programas de qualificação técnico-científica têm se caracterizado ao longo do tempo em processos de formação de capital humano para a atual fase do capitalismo. Ciavatta (2016, p. 45) conclui que a chamada teoria do capital humano é hoje redefinida pela pedagogia das competências e pelas noções de empregabilidade e empreendedorismo, sob as mesmas bases conceituais de quando ela surgiu e representa “[...] uma espécie de fetiche da noção de capital humano” (CIAVATTA, 2016, p. 46), o que mostra retrocesso, no sentido de trazer velhas ideias com novas roupagens.

As mudanças que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo estão relacionadas às redefinições do papel do Estado e da educação sob a lógica do capital. Nesse contexto, há uma reordenação das forças hegemônicas que avançam e disputam a educação pública. Neoliberalismo e neoconservadorismo são partes desse movimento.

No Brasil, podemos exemplificar as atuais reformas educacionais como a BNCC, a Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica. Buscando compreender como essas mudanças podem promover alterações na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que ainda resistem na proposta de um ensino médio integrado, nosso foco é analisar a proposta de educação profissional no governo Bolsonaro (2019-2022). Como parte desta pesquisa, este artigo procura descrever os principais programas e ações para a educação profissional e as relações com a BNCC e a reforma do Ensino Médio e, em especial, ao quinto itinerário formativo. O artigo vai apresentar que a direção das propostas indica a centralidade do empreendedorismo, a inovação e a educação 4.0 como conteúdo educacional, atrelado a proposta conservadora do governo Bolsonaro. Nossa hipótese é de que esses projetos e ações integram a Reforma da Educação Profissional em andamento podem descaracterizar o Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais.

Este artigo tem como objetivo descrever e compreender como a política educacional do governo Bolsonaro para a educação profissional decorre para colocar em ação a Reforma do Ensino Médio e a BNCC¹. Busca-se contribuir para o diálogo

¹ Embora citemos a BNCC como parte das reformas, não será objeto de análise aprofundada neste texto.

sobre o tema do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais no atual contexto histórico, político e social.

A metodologia que embasou esta pesquisa é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental (Lüdke e André ;1986). Na pesquisa bibliográfica e documental, utilizamos dados existentes. Na pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento da bibliografia produzida, principalmente, em forma de artigos em revistas, publicados em imprensa escrita e em documentos eletrônicos. Os documentos analisados compreendem programas e legislações oficiais que tratam do tema investigado. Buscamos seguir ainda, para análise de documentos e textos, as contribuições de Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 432) ao avaliarem que os materiais “[...] devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos. Tal movimento, [...] com discursos produzidos em outros campos discursivos, demarca um novo terreno de análise”.

O artigo se divide em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira analisa o Neoliberalismo e neoconservadorismo, base dos programas do governo Bolsonaro, a crise estrutural do capitalismo brasileiro, os novos padrões de acumulação e as transformações no mundo do trabalho na década de 2010. A segunda seção aborda as reformas educacionais nos últimos anos no Brasil, suas aproximações com a agenda e a lógica neoliberal, as articulações com os monopólios capitalistas da educação e a crescente influência da pauta conservadora. A terceira seção apreende o Programa Novos Caminhos e os eixos estruturantes da política de educação profissional e tecnológica do governo Bolsonaro e as suas relações com as demandas do bloco no poder e das transformações no mundo do trabalho

2 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

O Estado neoliberal contemporâneo possui especificidades, ele reedita-se, reatualiza-se na sua versão para o século 21, na qual deixa de ser mínimo e passa a ser um Estado Empreendedor (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). O autor reforça que ocorre uma transição do Estado de direito para Estado prestador de serviços sociais. O foco das mudanças é o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, repassando para o indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso.

Essas alterações no papel do Estado, pretendem construir uma sociedade de mercado que busca desvincular o público do Estado. Dessa forma, recria um espaço público *não estatal*, que é um espaço para a proliferação do empreendedorismo e dos seus desdobramentos. Essa forma de conceber *o público não estatal* traz implicações nas mais diversas esferas da vida em sociedade, passando da esfera dos direitos do cidadão para a prestação de serviços sociais (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 17). O que caracteriza essa fase do neoliberalismo não é seu caráter mínimo, seu encolhimento; pelo contrário, é o intervencionismo governamental que produz uma nova ordem social (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 55). O Estado passa a ser empreendedor para um mercado cada vez mais agressivo sobre o que é público. Além disso, cria-se uma nova cultura na sociedade: competição, meritocracia, individualismo.

Na educação, as reformas ocorridas nos últimos anos têm se baseado na lógica mercantil, porque é funcional às políticas educacionais do capitalismo atualizado do século XXI, aos discursos pedagógicos e aos discursos promovidos por organizações como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), etc. Eles trazem sua visão economicista da educação, em que valorizam mais o saber fazer adquirido ao longo da vida e no processo de trabalho do que as certificações educacionais adquiridas nos processos de escolarização. Nesse contexto, percebemos um processo de desescolarização dos trabalhadores, de modo a valorizar os cursos de curta duração em detrimento da elevação de escolaridade ou da aprendizagem ao longo da vida.

Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados, pois oportuniza novos negócios para o setor privado, enquanto as reformas educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado.

Como característica do Estado empreendedor, a privatização do setor público, não é feita “[...] retirando os serviços do controle do setor público, mas sim por meio da venda de ‘soluções’ políticas e vias de colaboração de vários tipos com o setor público” (BALL, 2014, p. 162). Os representantes do setor privado têm operado cada vez mais dentro do próprio governo, fazendo parte e disputando a formulação e o desenvolvimento das políticas educacionais, bem como atuando *in loco*, por meio da doação, do apoio e/ou da venda de todo tipo de produto, como consultorias, assessorias, plataformas digitais, ou o que chamamos de apoio técnico.

Na atual fase do capitalismo, o mundo do trabalho passa por profundas transformações capazes de mudar o perfil da classe trabalhadora, em que o capital, ao responder à crise de acumulação, desenvolve novas formas de gestão e de organização da produção, gerando um processo de acumulação flexível, segundo Harvey (2011). Batista e Alves (2008) dizem que a reestruturação produtiva tem uma base ideológica, segundo a qual haveria uma importância da educação para a formação profissional dos indivíduos, sobretudo porque a ela caberia a formação da força de trabalho, desenvolvendo as competências para atender as necessidades do mercado. Para os autores (BATISTA; ALVES, 2008, p. 4) “[...] a nova base técnica e as novas formas de gestão exigem que o trabalhador seja capaz de aliar qualificação (saber-fazer) a um conjunto de atributos pessoais (saber ser)”. É a reorganização do processo produtivo que se constitui em uma articulação de ações das classes dominantes contra o trabalho, com repercussões em todas as esferas do ser social.

O neoconservadorismo é também elemento importante para entendermos esse momento histórico, político e social. Para Harvey (2008), a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, dos ajustes estruturais, da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório e o neoconservadorismo responde a esse problema com maior coerção social. Em artigo, Caetano e Peroni (2022), citando Miguel (2018), apontam que a direita nunca esteve ausente do processo político brasileiro. No entanto, no período pós 2016, vivenciamos uma articulação de extrema direita com três eixos principais: o primeiro é a ideologia libertariana e ultraliberal, vinculada à proposta neoconservadora estadunidense, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade e prega a liberdade de escolha do indivíduo. O segundo é o fundamentalismo religioso, vinculado a uma agenda moral conservadora e à teologia da prosperidade. E o terceiro é o anticomunismo e

antipetismo² e a fusão entre anticomunismo e reacionarismo moral. O autor adverte, ainda, que as três correntes não são estanques, já que, por vezes, aproximam-se de acordo com o objetivo e por vezes se afastam (MIGUEL, 2018 apud CAETANO; PERONI, 2022).

Para Harvey (2008), há relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo,

Em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. Mas também propõe respostas singulares a uma das contradições centrais desse último. Se 'a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais', como disse de início Thatcher, o caos individual pode vir a se sobrepor à ordem. A anarquia do mercado, da competição sem peias (esperanças, desejos, ansiedades e temores individuais; escolhas de estilo de vida de hábitos e orientações sexuais, formas de autoexpressão e comportamentos com relação aos outros). (HARVEY, 2008,p.92-93).

Peroni, Caetano e Lima (2018;2021) destacam segundo Harvey (2008) que o aumento do desemprego e dos ajustes estruturais que minimizam as políticas sociais e a exacerbação da competitividade e individualismo podem provocar caos social e civilizatório. A esse risco, o neoconservadorismo responde com maior repressão caracterizado por

[...] valores morais centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa moralidade evangélica) nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo. (HARVEY, 2008, p. 94).

O que une neoliberalismo e neoconservadorismo é o diagnóstico que a crise é do Estado, mas os neoconservadores também atribuem à crise um caráter de crise moral, fruto do abandono de determinados valores tradicionais, da família, igreja, enfim, de valores morais. Argumenta-se que a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais desestimula o trabalho e diminui a produtividade, tomando o lugar da família (PERONI; CAETANO; LIMA,2021). Defende-se, então, uma moralidade inflexível, mas que não nega o neoliberalismo.

Em 2018, o ainda candidato Jair Bolsonaro, em seu programa eleitoral "O caminho da prosperidade" apresentado nas eleições, sinalizava que a educação seria uma das prioridades de seu futuro governo. O documento elaborado em forma de slides, limitou-se a apresentar linhas de ação para a área de forma muito breve e resumida, cujo foco era "[...] eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas e

² O antipetismo pode ser caracterizado como um "antipartidarismo generalizado intolerante" e seria formado por atitudes de desafeição em relação às instituições partidárias como um todo, operando em conjunto com intolerância política, uma espécie de síndrome de desafeição política, contra o Partido dos Trabalhadores-PT(Borba,2020).

dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar” (PSL, 2018, p. 22), relegando o ensino superior que praticamente não aparece no programa. O programa de governo apresentou que “[...] um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (2018, p. 46).

Também, é apresentado no programa eleitoral que “Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo” (PSL, 2018, p. 49). É nesse contexto neoliberal e neoconservador que, no Brasil, sob o governo Bolsonaro, surgiram iniciativas como o *Homescholling* e as Escolas cívico-militares – o processo de militarização das escolas, em que instituições públicas civis passam a contar com atuação de militares a partir de parcerias entre as Secretarias de Educação, Secretarias de Segurança e o MEC. O governo, inclusive, criou uma Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares³.

Outro programa instituído pelo governo é o Educação e Família através da *Portaria nº 571, de 02 de agosto de 2021* e com alterações incluídas pela *Portaria nº 1.041, de 20 de dezembro de 2021*, em que algumas ações são realizadas por intermédio do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Já eleito, em entrevista, o presidente defendeu a diminuição das cotas raciais em universidades e concursos públicos e trouxe a defesa de uma suposta moralidade educacional,

Bolsonaro quer que conteúdo e método de ensino “precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”. Ele pretende resgatar a disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas escolas. (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Aliando o que há de mais conservador na sociedade, Jair Bolsonaro se associou à agenda de reformas e pautas neoliberais na economia, conduzido pelo grande capital nacional e internacional.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO GOVERNO BOLSONARO

A educação profissional e tecnológica no programa de governo de Bolsonaro aparece com enfoque nas áreas exatas e no ensino básico e técnico, reforçando o combate a doutrinação: conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. A prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico, como já apresentamos.

Outro enfoque é o fomento ao empreendedorismo, “[...] para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa” (PSL, 2018, p. 80), e a ênfase na

³ O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), lançado em 05 de setembro de 2019, pelo Decreto Presidencial nº 10.004, é uma ação do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, prevendo a atuação de militares nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa em mais de 200 instituições educativas até o ano de 2023 (BRASIL, 2021).

educação à distância, articulando a agenda empresarial e a denominada Educação 4.0, em conexão com o programa do governo e a agenda neoliberal. Assim, diz o programa,

Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se “hubs” tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. (PSL, 2018, p. 48).

Percebe-se que inovação e empreendedorismo ganharam centralidade no programa de governo, especialmente para educação profissional e para a ciência e tecnologia. Além disso, traz-se, como base, a busca de parcerias público-privadas para que as pesquisas possam ser desenvolvidas no país, para desresponsabilizar o Estado do financiamento público e repassar, para a iniciativa privada, essa função.

Com a aprovação do Novo Ensino Médio (NEM), em 2017, em consonância com a BNCC, convertida na Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o NEM se caracterizou pela flexibilização, fragmentação curricular e pela suposta liberdade de escolha dos estudantes. O Novo Ensino Médio, atrelado à BNCC, divide o currículo em parte comum obrigatória, contemplando um total de 1800 horas nos três anos do EM e outra etapa, optativa, que apresenta os itinerários constituídos por: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Formação Técnica e Profissional. Na parte flexível do currículo, além de ela ser composta por cinco eixos estruturantes, denominados de “Itinerários Formativos”, eles são voltados à mediação e intervenção sociocultural, ao empreendedorismo e à investigação científica, de modo que cabe à escola ofertar pelo menos duas opções de Itinerários Formativos.

A educação técnica e profissional, em uma retomada do Decreto nº 2.208/97, poderá ser organizada em módulos com terminalidade específica. Essa flexibilização e fragmentação abre a possibilidade de que sejam firmados convênios com instituições de ensino que ofereçam formação técnica e profissional de modo presencial e a distância reconhecidas, de modo que as competências e os cursos desenvolvidos em outros espaços sejam validados. Ela poderá ser oferecida de forma integrada, concomitante e concomitante intercomplementar (art. 16 da Resolução CNE/CP nº 01/2021) desenvolvida simultaneamente em instituições de ensino distintas. Um exemplo que o Guia dos Itinerários Formativos propõe como percurso é a formação profissional com certificações intermediárias, junto a educação a distância (Ead) mais parcerias. Portanto, conforme Grabowski e Kuenzer (2021, p. 178) “[...] fica evidente que é no quinto itinerário formativo que se apresenta o mais grave risco de precarização da formação dos estudantes do Ensino Médio brasileiro”.

A flexibilização proposta pela Lei também atinge os docentes da educação técnica e profissional, que poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, desde que atestado seu notório saber.

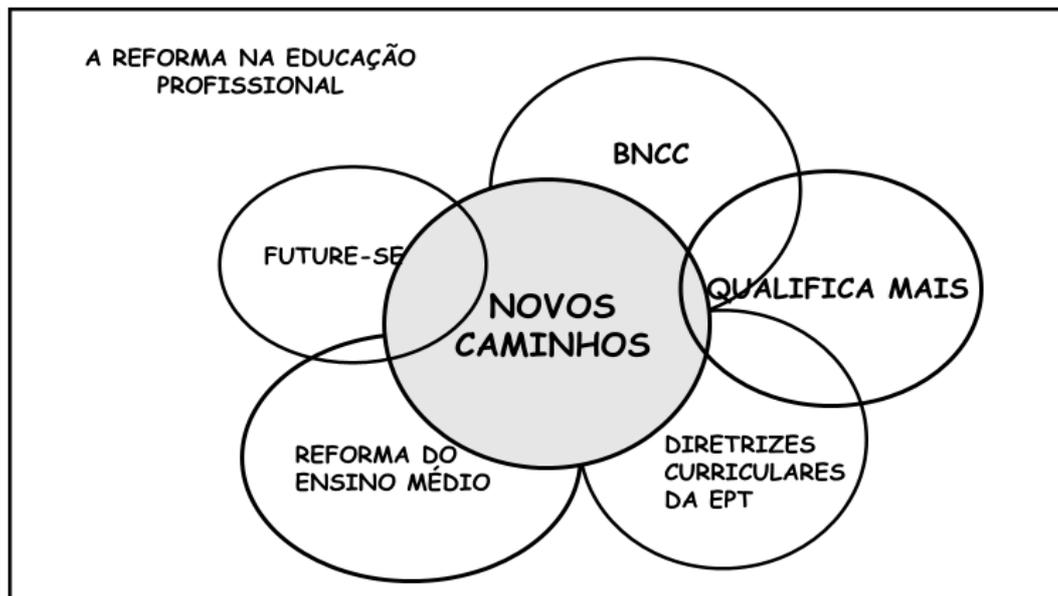
4 POR QUE UMA REFORMA ENCOBERTA?

A tendência reformista na educação profissional vem operando através da instalação de uma série de mecanismos contidos nos documentos da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, o que se torna um risco aos Institutos Federais.

Essas formas podem estar relacionadas ao próprio funcionamento da política pública e podem ocorrer com a transferência do desenvolvimento curricular através de diferentes programas e ações, uma vez que o currículo é um elemento-chave na definição do processo de ensino e aprendizagem, através dos projetos pedagógicos dos cursos, oficinas de aprendizagem para professores e estudantes, cursos de formação de professores e gestores, indução a projetos de ensino, pesquisa e extensão, práticas gerenciais, contratos, terceirizações e entre outros.

No que se refere às atuais políticas educacionais, a educação profissional e tecnológica, atualmente, está sendo apropriada por um conjunto de dispositivos via Ministério da Educação e Secretaria de Educação Tecnológica (Setec), que incidem e visam regulamentar tais programas. Esse aparato legal, muito bem engendrado, empareidou o Ensino Médio e a educação profissional de tal forma que chamamos de programas e ações em relação a reforma, pois todos acabam se relacionando à Reforma do Ensino Médio, da educação profissional e tecnológica e da BNCC. Na figura 1, apresentamos essa relação:

Figura 1: Programas e ações em relação à reforma, na Educação Profissional



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Apresentaremos os principais programas para a educação profissional no governo Bolsonaro, a saber: Future-se, Novos Caminhos e Qualifica Mais. Esses programas, ao engendram-se, incidem sobre o Ensino Médio Integrado e, mais especificamente, sobre o itinerário de formação profissional.

4.1 PROGRAMA FUTURE-SE

O Programa Future-se, lançado em 17 de julho de 2019, pelo governo federal na gestão de Abraham Weintraub⁴ como ministro, aposta na reestruturação do financiamento de institutos e universidades federais. O programa, segundo o MEC, apresentou-se com o objetivo central de estimular que as instituições operem para captar suas receitas próprias. Essa condição seria possível ao estabelecerem contratos com Organizações Sociais (OSs) e atuarem dentro de modelos de negócios privados.

Conforme o PL que institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE:

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE) tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios. (BRASIL, 2019f).

O Programa apresenta três eixos que o embasam: I – gestão, governança e empreendedorismo; II – pesquisa e inovação; e III – internacionalização. A participação no programa se dará por adesão, no prazo estabelecido em regulamento, mediante assinatura de termo de adesão. Ao aderir ao FUTURE-SE, as IFES se comprometem, conforme Artigo 2º do PL:

I – utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos previstos no §1º do art. 1º, desenvolvidas nos institutos e nas universidades federais;

II – adotar as diretrizes de governança dispostas nesta Lei, inclusive ao Sistema de Governança a ser indicado pelo Ministério da Educação; e

III - adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa.

§ 1º A permanência da IFES no programa está condicionada à manutenção dos requisitos dispostos no caput, sem prejuízo da observância ao art. 16 da Lei nº 9.637, de 1998, e a exclusão do programa pode ensejar a aplicação de penalidades. (BRASIL, 2020b).

Em um primeiro momento, o que parece mais evidente é a possibilidade de contratação das Organizações Sociais *qualificadas* pelo governo para ter acesso ao recurso público. Segundo a minuta do projeto de lei de criação do programa, as OSs terão, como atribuição, além de apoiar a execução de atividades vinculadas aos três

⁴ Esteve como ministro da educação entre 9/4/2019 e 19/6/2020. Economista, integrava a chamada “ala ideológica”, termo que a grande imprensa cunhou para tentar distinguir as influências internas ao governo Bolsonaro.

eixos do programa, a de apoiar a execução de planos de ensino, pesquisa e extensão, gerir recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação e, também, auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das instituições participantes do programa. O programa visa facilitar e ampliar uma prática que hoje já existe para captação de recursos pelas universidades, que são as parcerias público-privadas para o desenvolvimento de pesquisas e projetos específicos, segundo o ministro da educação.

É através dessa legislação que o MEC pretende transformar as universidades e institutos federais em instituições privatizadas, cujo discurso é dar autonomia para as IFES. Reis, Gonzaga e Caetano (2020) declaram que, contudo, o que se quer é utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos de gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização como o próprio programa estabelece. Ao que parece, é substituir orçamento público pelo empreendedorismo privado (REIS; GONZAGA; CAETANO, 2020).

Em breve análise realizada sobre o Future-se, Reis, Gonzaga e Caetano (2020) percebem que o elemento central do programa é o mecanismo pelo qual a gestão da universidade se desloca do Estado para as corporações empresariais. Com isso, o governo reduz as verbas das IFES, os currículos e as pesquisas, diminuindo o financiamento através dos contingenciamentos e abrindo a possibilidade de financiamento para as grandes corporações empresariais, seja através de mecanismos de doação, de parcerias público-privadas ou da constituição de fundos do mercado financeiro e/ou de capitais privados. Esses mecanismos transferem a dimensão pedagógica e cultural para os interesses de grandes empresas para que a universidade trabalhe segundo os interesses das corporações doadoras. Esse é um dos arcabouços de suposta autonomia financeira, para atuarem como empresas independentes, geridas pelas OSs, de modo a privatizar a gestão das universidades e IFes e os colocar a serviço das grandes corporações.

4.2 PROGRAMA NOVOS CAMINHOS

O Programa Novos Caminhos integra a política para a EPT organizada pelo governo Bolsonaro, por meio de ações que visam alterar os marcos regulatórios, o estabelecimento de novas diretrizes voltadas à formação docente e a ampliação de matrículas em cursos profissionais e técnicos (BENTIN, MANCEBO, 2020). Ele está interligado com as mudanças advindas da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e da Base Nacional Comum Curricular. Lançado em outubro de 2019, pelo Ministério da Educação, ele surge como apoio à implementação do itinerário de Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio. O programa é destinado à educação profissional e tecnológica e tem como objetivo central, segundo o MEC, o de gerar mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias, ou seja, a rápida inserção ao mercado de trabalho. Um dos principais propósitos do Novos Caminhos é o de ampliar em 80% o número de matrículas de 1,9 milhões para 3,4 milhões até 2023, com a justificativa de que está em articulação com o Plano Nacional de Educação na meta 11.

O Programa Novos Caminhos aponta a educação profissional e tecnológica como uma modalidade de ensino estratégico para o país, relacionando-a a possibilidades de inserção socioprodutiva de milhões de brasileiros, com objetivo de incrementar a produtividade e a competitividade nacional, devendo “[...] estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo” (BRASIL, 2019d). Um dos pontos centrais é a formação orientada para o mercado, um mercado inexistente em função da crise do trabalho instalada no país nos últimos anos e que atinge frontalmente a juventude brasileira.

O Programa constitui-se a partir de três eixos estratégicos: a) Gestão e resultados, b) Articulação e fortalecimento e c) Inovação e empreendedorismo (BRASIL, 2019a; 2019b), cujas principais metas são:

- Meta 1 - Aprimorar os modelos de gestão da educação profissional e tecnológica;
- Meta 2 - Promover melhor articulação com as redes de ensino para fortalecimento da educação profissional e tecnológica;
- Meta 3 - Fomentar ações de inovação e empreendedorismo na educação profissional e tecnológica.

Nos quadros 1, 2 e 3 exibiremos as ações destinadas a esses eixos.

Quadro 1: Eixo 1 – Articulação e Fortalecimento. Meta 1 – Aprimorar os modelos de gestão da educação profissional e tecnológica

Ação	Descrição	Resultados
Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).		2020: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos revisto, atualizado e publicado em versão digital. Homologação do Parecer CNE/CEB nº 5/2020 da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que aprova a proposta apresentada pela Setec para a 4ª edição do CNCT em 15 de dezembro de 2020. A 4ª versão do CNCT foi aprovada por meio da Resolução nº 2 e entrou em vigor em janeiro de 2021.
Desenvolvimento do Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica		2021: Publicação da primeira edição do Anuário foi realizada em set/2021.

<p>Nova regulamentação da oferta de curso técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (Ipes)</p>	<p>Desde 2016, todas as Instituições Privadas de Ensino Superior (Ipes) podem ofertar cursos técnicos. No entanto, devido a dúvidas jurídicas relacionadas aos mecanismos de autorização desses cursos e à ausência de funcionalidade específica no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), as instituições ficaram impossibilitadas de registrar os diplomas dos concluintes, que é requisito para a validade.</p>	<p>2019: O MEC publicou a <i>Portaria nº 1718, de 10/2019</i> com a revisão das normas constantes da portaria mencionada anteriormente, viabilizando assim a oferta regular de cursos técnicos pelas Ipes.</p> <p>2020: Publicação da Portaria SETEC nº 62/2020, que dispõem sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior – IPES.</p> <p>2021: Publicação da Portaria Setec nº 48/2021, que estabelece anualmente calendário para que as Ipes interessadas possam solicitar autorização para oferta de curso técnico.</p>
<p><i>Ampliação dos Polos de Inovação em Parceria com a Embrapii</i></p>		<p>2021: Com o credenciamento dos 13 polos concluídos, foi iniciado o planejamento com a Embrapii para o credenciamento de novos polos durante o ano e o início da ação Capacitação 4.0.</p>
<p><i>Fomento a projetos de Inovação e Empreendedorismo</i></p>	<p>Implementar ações de fomento relacionadas às temáticas de inovação e empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação, assumiu como estratégia apoiar iniciativas na área, atendendo inicialmente a Rede Federal.</p>	<p>Apoiar projetos de empreendedorismo e inovação por meio da seleção e do acompanhamento da execução de projetos. Nesse sentido, serão destinados cerca de R\$ 30 milhões para a seleção de 135 projetos, a serem implementados até 2022 por estudantes, professores e servidores de instituições de ensino da Rede Federal. Os projetos envolvem três temas: empreendedorismo inovador, iniciação tecnológica no mundo digital e ampliação de novas metodologias educacionais baseadas nas Oficinas 4.0.</p>

		Foram selecionados por meio de editais, 15 projetos que terão duração de 2 anos.
--	--	--

Fonte: Organizado pela autora, a partir do site do MEC/Novos Caminhos

De acordo com as ações e as estratégias vinculadas ao Eixo 1, abre-se prazo para atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Justifica-se a atualização como passo fundamental para garantir efetivo alcance da política de educação profissional e tecnológica e alinhamento às mudanças no Ensino Médio a partir da Reforma, com a Lei Nº 13.415/2017 (BRASIL, 2019a). Para possibilitar a atualização da 4ª edição do Catálogo, o MEC emitiu a Portaria Nº 1.719, de 8 de outubro de 2019, reabrindo o processo de atualização do CNCT por 30 dias, a contar de sua publicação e, posteriormente, ela foi aprovada por meio da Resolução nº 2, que entrou em vigor em janeiro de 2021. A Portaria Nº 1.719/2019 também fundamenta outra ação do Eixo 1, que é a regulação para a oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (BRASIL, 2019e), posteriormente normatizada pela publicação da Portaria Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) nº 48/2021, que estabelece anualmente calendário para que as Ipes (Instituições Privadas de Ensino Superior) interessadas possam solicitar autorização para oferta de curso técnico.

O Eixo 1, *Gestão e Resultados*, também prevê a regularização retroativa de diplomas emitidos pelas Instituições Privadas de Ensino Superior que ofertaram cursos técnicos, desde 2016. A validação é viabilizada pela Portaria Nº 1.717, de 8 de outubro de 2019⁵ (BRASIL, 2019a). Tal eixo também salienta que serão priorizados investimentos que tragam como perspectiva “[...] novas formas de financiamento, receitas e fontes, abordando também a eficiência no emprego dos recursos para o alcance de melhores resultados” (BRASIL, 2019a).

É o gerencialismo como ideologia que se torna essencial para o processo de reforma, porque ele traduz uma cultura de negócios do setor privado no Estado e no setor público, como exemplo, o deslocamento do financiamento do setor público para o privado, a gestão para resultados, a eficiência, eficácia e o controle exacerbado via plataformas. Sobre esse tema, Newman e Clarke (2012, p. 358) contribuem ao dizer que “[...] isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam a economia e eficiência acima de outros valores públicos”.

O segundo eixo estratégico do Programa Novos Caminhos que apresentamos no Quadro 2, é o de articulação e fortalecimento, no qual é priorizada a formação de professores e demais profissionais da EPT, com objetivo de preparar trabalhadores em educação para a implementação do itinerário formativo técnico e profissional presente no Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). A meta é a ampliação das vagas e matrículas para a formação de professores e que os Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica (IFs) se comprometam a ofertar cursos de licenciatura e formação continuada para professores da educação básica, nas áreas de Matemática e Ciências Exatas, mas ele retira da oferta as áreas ligadas às humanidades.

⁵ Portaria Nº 1.718, de 8 de outubro de 2019. Dispõe sobre a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes.

Quadro 2: Principais ações do Programa Novos Caminhos. Eixo 2: Articulação e Fortalecimento. Meta 2 - Promover melhor articulação com as redes de ensino para fortalecimento da educação profissional e tecnológica

Edital	Ação	Descrição
46/2020	Formação de professores das redes estaduais e distrital para atuarem em cursos de educação profissional e tecnológica.	Edital para adesão de estados e Distrito Federal à oferta de Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) aos professores da rede pública estadual e distrital que atuam na oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica
105/2020	Formação de professores das redes estaduais e distrital para atuarem em cursos de educação profissional e tecnológica.	Comunicado para adesão de instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica à oferta do curso de especialização lato sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), via Universidade Aberta do Brasil - UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
47/2022	Cursos MOOC	Chamada Pública para oferta de cursos da Plataforma Aprenda Mais – Cursos MOOC
48/2022	Oferta de cursos técnicos de nível médio por Instituições Privadas de Ensino Superior	Procedimentos para autorização da oferta de cursos técnicos de nível médio por Instituições Privadas de Ensino Superior.
	Formação de docentes: Curso de Mentoria para a Educação Profissional e Tecnológica Instrumentalizar os professores do Fundamental II e do Ensino Médio, bem como outros profissionais que atuam com orientação nas escolas, a auxiliarem os estudantes nas escolhas relacionadas ao itinerário da formação técnica e profissional e aumentar a compreensão desses profissionais acerca da Educação Profissional e Tecnológica - EPT.	São oferecidos cinco cursos livres, com carga horária de 40 horas para cada módulo, visando capacitar professores e outros profissionais nos temas mais relevantes sobre a Educação Técnica e Profissional. No caso de formação específica de professores, a proposta foi pensada no âmbito de capacitar esses professores para que pudessem auxiliar os jovens brasileiros a conhecerem os sentidos da Educação Profissional, como, por exemplo, conhecer o itinerário da Formação Técnica e Profissional e suas variadas e ricas possibilidades.

Fonte: Organizado pela autora, a partir do site do MEC/Novos Caminhos.

O Programa Novos Caminhos também tem como objetivo fomentar e ampliar o acesso à formação técnica e profissional para jovens e adultos, com a ampliação da participação da iniciativa privada, já que a Portaria nº 1720, de 08 de outubro de 2019 previa que a execução e a oferta de vagas podem ser realizadas pela iniciativa privada, assim, a execução não ficava restrita à rede pública.

O terceiro eixo apresenta a inovação e empreendedorismo, um dos pilares da política empresarial na educação. O primeiro objetivo do programa é ampliar os polos de inovação em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), propondo uma maior articulação com as demandas do mercado e do mundo do trabalho.

O eixo Inovação e empreendedorismo prevê o fomento de projetos com o aporte de R\$ 30 milhões para 135 projetos da Rede Federal, contemplando temas como empreendedorismo inovador, iniciação tecnológica no mundo digital e novas metodologias educacionais baseadas nas Oficinas 4.0, articulado ao conceito de Educação 4.0 em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 3: Principais ações do Programa Novos Caminhos. Eixo 3: Inovação e Empreendedorismo. Meta 3 - Fomentar ações de inovação e empreendedorismo na educação profissional e tecnológica.

Edital	Ação	Descrição
05/2020	Projetos de Empreendedorismo Inovador com foco na economia 4.0	Seleção de projetos voltados à promoção do empreendedorismo inovador com foco na economia 4.0, associados ao ensino, pesquisa e extensão, aberto às autarquias da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).
84/2021	Projetos voltados ao desenvolvimento de ambientes promotores de inovação - associados ao Ensino, Pesquisa e Extensão	Seleção de projetos voltados ao desenvolvimento de ambientes promotores de inovação - associados ao Ensino, Pesquisa e Extensão - destinado às instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).
83/2022	Oficinas 4.0	Seleção de propostas de instituições da Rede Federal para a implementação de programa de capacitação de estudantes denominado Oficinas 4.0
88/2022	Ações de formação em programação e/ou robótica e/ou cultura <i>maker</i>	Seleção de projetos de iniciação tecnológica de instituições da RFEPCT para o desenvolvimento de ações de formação em programação e/ou robótica e/ou cultura <i>maker</i> para estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das redes públicas de ensino.

35/2020	Laboratórios IFMaker	Apoio e seleção à criação dos Laboratórios IFMaker na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Rede Federal).
05/2020	Empreendedorismo Inovador Economia 4.0	Seleção de projetos voltados à promoção do empreendedorismo inovador com foco na economia 4.0, associados ao ensino, pesquisa e extensão, aberto às autarquias da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).
03/2020	Iniciação Tecnológica com foco na Economia 4.0	Chamada Pública para seleção de projetos de iniciação tecnológica com foco na Economia 4.0.
02/2020	Oficinas 4.0	Chamada pública para a seleção de projetos voltados à implementação das Oficinas 4.0, aberto às autarquias da Rede Federal

Fonte: Organizado pela autora, a partir do site do MEC/Novos Caminhos (2022).

Os objetivos desse eixo são os de articular a pesquisa ao empreendedorismo, à inovação tecnológica e à formação de recursos humanos com o objetivo de fortalecer a capacidade inovadora das empresas no país. Considerando que, as novas demandas do capital exigem trabalhadores de novo tipo, que se adaptem com rapidez a novas situações. Na atual conjuntura do mercado de trabalho, esse eixo se torna estratégico no programa. Para tal, requer uma organização do trabalho radicalmente distinta da anterior e requer, ainda, um novo tipo de trabalhador, com uma nova qualificação (CAETANO; PORTO JR, 2021).

Em setembro de 2021, já na gestão de Milton Ribeiro⁶, durante a realização da primeira semana de educação profissional e tecnológica (Lei nº 14.139, de 16 de abril de 2021)⁷, foi anunciado um pacote de 14 ações que tinha por objetivo proporcionar “[...] a ampliação de matrículas, por meio do aumento da oferta de cursos, a formação técnica de jovens, adultos e profissionais da educação e o fomento a ações de inovação e empreendedorismo” (BRASIL, 2019c), alinhadas com os setores produtivos.

4.3 QUALIFICA MAIS

A qualificação profissional é um dos caminhos para impulsionar a economia e fortalecer a empregabilidade, a inclusão produtiva e a geração de renda, diz o

⁶ Milton Ribeiro, foi o quarto ministro do governo Bolsonaro, pastor protestante brasileiro, advogado, teólogo, professor afastado por suspeitas de envolvimento em um esquema irregular de liberação de recursos da pasta. Sua gestão ocorreu de julho de 2020 a março de 2022. Integrava a ala religiosa e conservadora.

⁷ Institui o Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica.

programa. O MEC acredita que, com esse programa, está se contribuindo para a consolidação da Educação Profissional e Tecnológica. Questionamos a utilização do programa para oferecer o quinto itinerário formativo para as redes públicas de educação, o que, ao nosso ver, fragmenta e fratura o Ensino Médio e, também, dificulta que as redes estaduais de ensino tenham como oferecer esse itinerário, em função da falta de professores, equipamentos, laboratórios e investimentos.

É nesse interim que o programa possui diversas ações de apoio às redes e instituições de ensino, no planejamento da oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo.

Dentro da agenda dos Novos Caminhos, o MEC lançou o Qualifica Mais, que se desdobra em Qualifica Mais-EnergiFE, Progredir, Emprega Mais, Itinerário da Formação Técnica e Profissional.

Quadro 4: Programa Qualifica Mais e desdobramentos

Ação	Descrição
Qualifica Mais – EnergiFE	Com a previsão de oferta de 9.157 vagas do curso de qualificação profissional de Instalador de Sistemas Fotovoltaicos, em 93 municípios dos estados participantes. Com repasses de aproximadamente R\$ 18 mi para a execução durante o ano de 2022. Voltada para pessoas com 18 anos ou mais de idade, e com Ensino Fundamental I (1º a 5º ano) – completo com a oferta do curso de qualificação profissional de Instalador de Sistemas Fotovoltaicos (Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis com carga-horária mínima de 200h. Além dos Institutos Federais, as Universidades Federais também poderão encaminhar propostas. O chamamento público realizado em 2021 voltado para os Institutos Federais, foram selecionados 27 Institutos Federais, em 22 estados.
Qualifica Mais - Emprega Mais	O Qualifica Mais Emprega Mais é uma linha de fomento voltada a ofertar vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada. O objetivo é qualificar trabalhadores e aprendizes com ofertas vinculadas às necessidades setoriais de mão de obra qualificada, aferidas por meio do mecanismo de mapeamento de demandas denominado SuperTec e/ou de outras metodologias de mapeamento de demandas com o setor produtivo.
Qualifica Itinerário da Formação Técnica e Profissional	O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), lança a linha de fomento Qualifica Mais Itinerário da Formação Técnica e Profissional. A iniciativa visa formalizar parcerias entre as instituições para proporcionar aos estudantes do ensino médio mais oportunidades de cursar o Itinerário da Formação Técnica e Profissional. As instituições interessadas poderão aderir à linha de fomento como PARCEIROS DEMANDANTES (redes estaduais, distrital ou municipais responsáveis pelo Ensino Médio Público) ou como PARCEIROS OFERTANTES (instituições que ofertam cursos técnicos e de qualificação profissional da Educação Profissional e Tecnológica) para receber recursos com objetivo de viabilizar a oferta do Itinerário

	da Formação Técnica e Profissional. O fomento de que trata esta linha será realizado por meio da Bolsa-Formação. Poderão ser fomentados cursos técnicos e de qualificação profissional que componham itinerários da formação técnica e profissional, a serem ofertados no ciclo 2023-2025, em regime de colaboração com instituições parceiras.
Qualifica Mais Progredir	O Qualifica Mais Progredir é uma linha de fomento para a oferta de cursos de qualificação profissional de Microempreendedor Individual (MEI) voltado à beneficiários do Programa Auxílio Brasil. A oferta foi desenhada a partir do alinhamento entre o perfil do beneficiário do Auxílio Brasil e o perfil produzido pelo <i>Datasebrae</i> do Microempreendedor Individual (MEI) no país e tem como público-alvo o beneficiário com idade de 18 anos ou mais e que tenha concluído o ensino fundamental. Os cursos serão realizados em 2022, na modalidade presencial.

Fonte: Organizado pela autora, a partir do site do MEC/Novos Caminhos (2022).

Para este artigo, interessa a linha de fomento Qualifica Mais Itinerário da Formação Técnica e Profissional, pois ela está relacionada ao objetivo do texto. São quatro as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica relacionadas à implementação do itinerário da Formação Técnica e Profissional (FTP), entre as quais: Guia de implementação do Itinerário da Formação Técnica e Profissional; Mentoria para a Educação Profissional e Tecnológica; DocentEP: Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional; Qualifica Mais - Itinerário da Formação Profissional e Tecnológica.

Essa linha visa formalizar parcerias entre as instituições para proporcionar, aos estudantes do ensino médio, oportunidades de cursar o Itinerário da Formação Técnica e Profissional, segundo o MEC. Essa ação está prevista na *Portaria MEC nº 733, de 16 de setembro de 2021*. As instituições interessadas poderão aderir à linha de fomento como parceiros demandantes (redes estaduais, distrital ou municipais responsáveis pelo Ensino Médio Público) ou como parceiros ofertantes (instituições que ofertam cursos técnicos e de qualificação profissional da Educação Profissional e Tecnológica) para receber recursos com objetivo de viabilizar a oferta do Itinerário da Formação Técnica e Profissional. Foram 98 instituições do Brasil que aderiram ao programa, entre elas universidades, secretarias de educação, Institutos Federais e Sistema S. Entre os institutos federais que aderiram como demandantes, três são do RS. Os cursos que poderão ser fomentados são cursos técnicos e de qualificação profissional que componham itinerários da formação técnica e profissional, a serem ofertados no ciclo 2023-2025, em regime de colaboração com instituições parceiras.

De uma forma geral, percebemos que o governo Bolsonaro possui uma característica fundamental: “[...] governar por Portarias, sem respaldo do poder legislativo” (PELLISSARI, 2021, p. 216). Ao mesmo tempo, outra característica é materializada: seu despreço pela educação. Isso porque, ano a ano, vem-se reduzindo os investimentos na área, o que inviabiliza o funcionamento de universidades e Institutos Federais – que vem sendo denunciada pelos estudantes, professores, gestores e pela mídia. O desinvestimento e os contingenciamentos

orçamentários desqualificam as atividades desenvolvidas nos IFs: ensino, pesquisa e extensão como unidades indissociáveis ao processo de formação dos estudantes.

Ao mesmo tempo que contingência o orçamento público das instituições, oferece-se financiamento induzido para que as Instituições que estão à mingua façam a adesão aos programas ofertados pelo Ministério da Educação, como é o caso do Programa Novos Caminhos. Por outro lado, pretende-se formar força de trabalho aligeirada para preencher às vagas precarizadas ofertadas pelo mercado.

5 CONSIDERAÇÕES

O propósito deste artigo foi descrever e compreender como a atual política educacional para a educação profissional coloca em ação a Reforma do Ensino Médio nos Institutos Federais, que oferece o Ensino Médio Integrado, indicando a centralidade do conteúdo educacional atrelado a proposta conservadora e neoliberal do governo Bolsonaro. Nossa hipótese inicial era de que esses projetos e ações integram a Reforma da Educação Profissional em andamento e podem descaracterizar o Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais.

O Ensino Médio Integrado, oferecido pelos Institutos Federais a partir desse conjunto de programas que ora apresentamos, está ameaçado pela desintegração, desde o momento em que o MEC vem induzindo, através de financiamento público, uma série de ações atreladas à Reforma do EM.

Temos chamado esse movimento de “Reformas por dentro dos IFs”. Isto posto, as ações oferecidas através destes programas poderão se transformar em um quinto itinerário formativo, desvinculada das áreas do conhecimento. Dessa forma, a BNCC e a Reforma do EM poderão se materializar a partir da formação de docentes e estudantes, a partir dos editais de ensino, pesquisa e extensão que privilegiam a inovação e empreendedorismo. Ademais, os IFs ao oferecer diversas ações de qualificação profissional, de modo a flexibilizar o currículo e, de certa forma, validar a qualificação profissional como parte da formação dos estudantes, está implantando e contribuindo para a reforma, afastando-se dos objetivos propostos a partir da sua lei de criação. Ao propor a educação 4.0 e o empreendedorismo como conteúdo educacional, poderá descaracterizar a proposta de formação humana integral, integrada e emancipatória, dando ênfase a conformação dos sujeitos ao projeto societário do capital.

Assim, ao se adequar as propostas do governo Bolsonaro e ofertar o itinerário da formação profissional, ou mesmo, adequar-se à indução dos programas aqui apresentados, o ensino médio integrado à educação profissional, uma das bases dos Institutos Federais, poderá ser progressivamente substituída por outros formatos, “[...] algo que a própria rede buscou combater ao longo da sua primeira década de existência, afirmando uma concepção de educação integral e integrada enquanto formação humana de caráter emancipador” (BENTIN; MANCEBO, 2020, p. 167).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Veja as propostas de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. **Agência Brasil**, Brasília, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em 30 out. 2022.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BATISTA, Roberto Leme; ALVES, Giovanni. **A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital.** Anais do Seminário Histraeb.2008. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/6rKPRHeZ.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

BENTIN. Priscila Caetano; MANCEBO. Deise. “Novos Caminhos” e formação para o trabalho nos Institutos Federais. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 08, p. 159-174, jan./jun. 2020.

BORBA. Julian. **As bases do antipetismo.**44ª Reunião Anual da ANPOCS, 2020.Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czoNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSUZPPljzOjQ6IjQ3NDIiO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiMjNkNWRkMzE2Y2ZjM2Y4MWQ3MWEwZGUzNDI4MjgwM2QiO30%3D> . Acesso em 4 fev.2023.

BRASIL. **MEC lança Novos Caminhos para impulsionar a educação profissional e tecnológica.** Brasília, Ministério da Educação, 2019a. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/buscageral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/81071-mec-lanca-novos-caminhospara-impulsionar-a-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Novos caminhos.** Estratégias. Brasília: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/estrategias/index.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Novos caminhos.** O potencial da Educação Profissional e Tecnológica,2019c. Disponível em:<<https://novoscaminhos.mec.gov.br/conheca-o-programa/o-potencial>> Acesso em:3 fev.2023.

BRASIL. **Portaria Nº 1.719, de 8 de outubro de 2019.** Dispõe sobre a reabertura do processo de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 196, p. 49, 9 out. 2019d.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei de 2019.** Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, e dá outras providências. (Versão 2), 2019f. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei_futuros_e__gt__portaria_1701__16102019.pdf?_ga=2.255942539.105700768.1579370451-399226138.1524520246 . Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 239, de 26 de março de 2020.** Dispõe sobre a prorrogação de prazos de que trata a Portaria SETEC nº 62, de 24 de janeiro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 62, p. 51, 31 mar. 2020a.

BRASIL. **Projeto de Lei, 3 de janeiro de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2020b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_future-se.htm>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Novos Caminhos. **Gov.br**, Ministério da Educação, 1º fev. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/novos-caminhos>>. Acesso em 20 set.2022.

CAETANO, M. R. C.; VIDAL PERONI, V. M. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022.

ClAVATTA, M. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Revista Holos**, n. 6, p.33–49, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo,2017.

DOURADO.L.F. Políticas e Gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

GRABOWSKI.G; KUENZER.A.Z. Reforma do Ensino Médio: tensões e proposições no âmbito do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. In CAETANO. M.R; PORTO JR.M.; SOBRINHO.S.C.(Org). **Educação Profissional e os desafios da formação profissional**: concepções, políticas e contradições. Editora CRV.Curitiba:2021.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>>. Acesso em: 22 out. 2022.

PELLISSARI.L.B. Programa Novos Caminhos: ajuste da Educação Profissional e Tecnológica aos princípios da reforma educacional. In CAETANO. M.R; PORTO JR.M.; SOBRINHO.S.C.(Org). **Educação Profissional e os desafios da formação profissional**: concepções, políticas e contradições. Editora CRV.Curitiba:2021.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R; DE LIMA, P. V. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, 11(21), 415–432,2018.

PERONI, V. M.V; CAETANO, M.R; VALIM, P.L. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, n. 36. Agosto de 2021.

PSL. **Plano de governo do Jair Bolsonaro**: caminhos da prosperidade. Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República — Tribunal Superior Eleitoral, 2018.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del Nel-liberalismo**: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

REIS, J. T.; GONZAGA, J. L. A.; CAETANO, M. R. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: uma reflexão sobre o Future-se. **Práxis Educacional**, [s. l.], v. 16, n. 38, p. 283-305, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6009>. Acesso em: 22 out. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima, GARCIA, Rosalba. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, jul./dez. 2005.